

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Sessão Temática ST1: Gestão social e controle social de territórios

NEOLIBERALISMO, RACIONALIDADE E SOFRIMENTO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DO BEM-ESTAR NO DESENVOLVIMENTO

NEOLIBERALISM, RATIONALITY AND SOCIAL SUFFERING: REFLECTIONS ON THE PLACE OF WELFARE IN DEVELOPMENT

NEOLIBERALISMO, RACIONALIDAD Y SUFRIMIENTO SOCIAL: REFLEXIONES SOBRE EL LUGAR DEL BIENESTAR EN EL DESARROLLO

Carlos Stavizki Junior¹, Virgínia Elisabeta Etges² e Marco André Cadoná³

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional; Doutorando no PPGDR da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC);

² Doutora em Geografia Humana (USP); Professora titular do PPG em Desenvolvimento Regional da UNISC; Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq

³ Doutor em Filosofia (UFSC); Professor titular do PPG em Desenvolvimento Regional da UNISC.

RESUMO

O debate a respeito das contradições do neoliberalismo como modelo hegemônico do capitalismo global encontra ressonância em reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento e propostas de bem-estar social. A racionalidade neoliberal faz incidir sobre os indivíduos as determinações do sofrimento social, ao tempo em que produz formas alternativas de lidar com as manifestações do sofrimento, no sentido de apagamento de sua expressão social. Neste estudo, discute-se as categorias de “neoliberalismo”, “racionalidade” e “sofrimento social” a partir da análise crítica de seus pressupostos. Compreende-se que o neoliberalismo produz um discurso que contraria a noção de bem-estar social, incitando uma sociabilidade cada vez mais fragilizada e adoecida. Conclui-se que os debates no campo do desenvolvimento regional devem envolver tais categorias e problematizar a produção de mal-estar em processos de desenvolvimento dos territórios.

Palavras-chave: Racionalidade neoliberal; Hegemonia; Mal-estar social; Saúde Mental.

ABSTRACT

The debate about the contradictions of neoliberalism as a hegemonic model of global capitalism finds resonance in reflections about development strategies and proposals for social welfare. Neoliberal rationality makes the determinations of social suffering affect individuals, at the same time that it produces alternative ways of dealing with the manifestations of suffering, in the sense of erasing its social expression. In this study, we discuss the categories of "neoliberalism," "rationality," and "social suffering" from the critical analysis of their assumptions. It is understood that neoliberalism produces a discourse that contradicts the notion of social welfare, inciting an increasingly weakened and diseased sociability. We conclude that the debates in the field of regional development should involve these categories and problematize the production of uneasiness in the development processes of the territories.

Keywords: Neoliberal Rationality; Hegemony; Social Unrest; Mental Health.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



RESUMEN

El debate sobre las contradicciones del neoliberalismo como modelo hegemónico del capitalismo global encuentra eco en las reflexiones sobre las estrategias de desarrollo y las propuestas de bienestar social. La racionalidad neoliberal impone a los individuos las determinaciones del sufrimiento social, al mismo tiempo que produce formas alternativas de tratar las manifestaciones del sufrimiento, en el sentido de borrar su expresión social. En este estudio, discutimos las categorías de "neoliberalismo", "racionalidad" y "sufrimiento social" desde el análisis crítico de sus supuestos. Se entiende que el neoliberalismo produce un discurso que contradice la noción de bienestar social, incitando a una sociabilidad cada vez más debilitada y enferma. Concluimos que los debates en el ámbito del desarrollo regional deben involucrar tales categorías y problematizar la producción de malestar en los procesos de desarrollo de los territorios.

Palabras clave: Racionalidad neoliberal; Hegemonía; Malestar social; Salud mental.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo — modelo hegemônico do capitalismo contemporâneo — traduz as mudanças do modelo de acumulação de riquezas na segunda metade do século XX, marcada especialmente pela globalização e financeirização dos mercados mundiais. Alguns aspectos destas mudanças podem ser considerados como novos paradigmas do capital, como a descentralização produtiva de mercadorias, o planejamento da produção de forma globalizada ou na captura da ação dos Estados em prol da garantia de lucratividade das empresas (HARVEY, 1993). Mais do que isso, o neoliberalismo produziu novos paradigmas na cultura e na racionalidade dos sujeitos, porém as mudanças neste âmbito interagem com construções históricas locais que resistem, com maior ou menor força, à influência de uma racionalidade hegemônica, produzindo crises de legitimidade no Estado e no próprio sistema capitalista (THERBORN, 1995; FRASER, 2018).

O geógrafo brasileiro, Milton Santos, no texto “Dinheiro e Território” de 1999, enfatiza este aspecto, ao afirmar que a ideologia dominante “se impõe à produção da história concreta dos homens a partir de um discurso único perfeitamente elaborado” (SANTOS, 1999, p. 11). Este discurso pode ser transmitido por diferentes meios: mídia, igrejas, associações, escola, partidos políticos etc. Porém, o autor destaca que o espaço de maior repercussão na difusão ideológica na cultura de um território é na produção acadêmica e científica.

A colonização das Universidades pela racionalidade neoliberal expõe uma nova e dramática fase do capitalismo mundial, a qual Santos (1999) nomeou como “ditadura do dinheiro em estado puro” (SANTOS, 1999, p. 12). Esta “ditadura” não se limita ao âmbito econômico, mas ao universo da singularidade, aos comportamentos e aos desejos particulares e coletivos. Isso significa que a racionalização neoliberal não se instituiu homoganeamente pelo território, tendo influências distintas nas escalas nacionais, regionais e locais. O território, em suas diferentes escalas de articulação, condiciona o desenvolvimento capitalista a partir de oportunidades e ameaças políticas ao processo de consolidação de sua hegemonia. Afinal, “o território mostra que há coisas que não se podem desmanchar” (SANTOS, 1999, p. 7).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Ademais, o argumento hegemônico sobre crescimento econômico — defendido pelos neoliberais como um fator de desenvolvimento dos territórios — pode incidir sobre a produção de mal-estar social (intensificação do trabalho, redução de direitos trabalhistas e sociais, precarização das condições de vida, etc.), registrado por diferentes indicadores sociais (HARVEY, 1993; DUNKER, 2015). O aumento da incidência de quadros de depressão no atual período hegemônico pelo neoliberalismo, por exemplo, indica a relação entre a governança neoliberal dos territórios e a produção de mal-estar (KEHL, 2009). Apesar disso, o “sofrimento social” é um indicador marginal no debate sobre desenvolvimento, ainda mais em projetos, planos e políticas de desenvolvimento. Assim, considera-se relevante a problematização destas três categorias — neoliberalismo, racionalidade e sofrimento social —, a fim de fomentar o diálogo acadêmico sobre as contradições entre bem-estar e desenvolvimento.

Neste sentido, este trabalho dedica-se a discutir a relação entre o mal-estar das populações em processos de planejamento dos territórios de forma exploratória, a partir de uma abordagem crítica da revisão bibliográfica da temática. Utiliza-se um referencial teórico contemporâneo, selecionado segundo relevância e contribuição à discussão sobre “sofrimento social no neoliberalismo”. O trabalho está organizado em duas partes: a primeira, voltada à discussão sobre a hegemonia da racionalidade neoliberal no Brasil; e a segunda, relacionada ao debate sobre sofrimento social e psíquico no capitalismo contemporâneo. Nas conclusões são elencadas alternativas para aprofundamento destas discussões no campo do Desenvolvimento Regional.

NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE HEGEMÔNICA

Os processos de acumulação de riquezas no sistema capitalista assumem características peculiares a depender do território, da luta de classes, do contexto sócio-histórico e, em grande medida, das expectativas depositadas na ideia de “desenvolvimento”. Esta expectativa pressupõe que os frutos do desenvolvimento serão superiores àqueles depositados para sua realização, mediante abdicção no presente. Em última instância, pressupõe que o resultado do desenvolvimento proporcionará melhores níveis de qualidade de vida, bem-estar social ou de riqueza disponível, a médio ou longo prazo. Este discurso, em contextos favoráveis à sua aceitação, é capaz de mobilizar forças produtivas antagônicas para um mesmo propósito, minimizando os conflitos sociais em prol de um objetivo comum.

Entretanto, para analisar o neoliberalismo como um modelo de organização dos discursos sobre desenvolvimento na atualidade, é necessário observar as mudanças que este modelo apresenta em relação aos regimes de acumulação e de produção de riquezas que lhe antecederam. Apesar do termo sugerir uma “renovação” do liberalismo clássico do século XIX, o neoliberalismo possui antagonismos marcantes, em especial, aos modelos capitalistas da segunda metade do século XX, como o *Welfare State*. Apesar de suas ideias terem sido apresentadas antes do fim da Segunda Guerra Mundial, pelo economista austríaco Friedrich Hayek, em “O caminho da Servidão”, publicado em 1944 (HAYEK, 1977), a implementação do neoliberalismo em escala global só foi possível três décadas mais tarde, quando o sistema capitalista enfrentou profundas crises de legitimidade, a partir dos anos 1970 (HARVEY, 1993; ANDERSON, 1995).

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



No espaço social criado por todas estas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da urbanização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas tendências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. (HARVEY, 1993, p. 261).

Para Harvey (1993), o neoliberalismo surge em resposta às crises de produção e de manutenção da lucratividade dos modelos de acumulação anteriores, sobretudo o fordismo e o keynesianismo, predominantes nos países centrais do capitalismo entre o fim da Segunda Guerra. A partir da década de 1970, contudo, marca-se temporalmente o início da hegemonia neoliberal no mundo, pois, diante de um cenário de crises cíclicas do Capital, a globalização e a financeirização surgem como soluções globais à queda da taxa de lucros (FRASER, 2018). Em especial, este período marca uma alteração na relação do Estado com o bem-estar social, que passa a ser capitaneado pelo Mercado, a fim de mitigar a ação de governos na produção de respostas aos problemas sociais. Este movimento iniciou no campo econômico e rapidamente assumiu a construção de uma nova racionalidade — necessária para a conquista de hegemonia do modelo de acumulação neoliberal (HARVEY, 2005).

Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. [...] **Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos.** (HARVEY, 2005, p.7-8, grifo nosso).

Neste sentido, entende-se que o neoliberalismo marca um processo de transição entre um projeto de desenvolvimento baseado no Estado de Bem-Estar Social, para um modelo individualista de progresso, no qual os países, assim como os grupos sociais e os próprios indivíduos, disputam pelo progresso como empresas disputam por lucratividade. Dardot e Laval (2016) nomeiam este produto do neoliberalismo como “racionalidade de empresa”, responsável por intrudir ideia de que o indivíduo deve ser “o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 358). Trata-se de uma estratégia de uma nova racionalidade, capaz de incorporar a produtividade e o consumismo à identidade humana, criando uma cultura baseada primeiramente no *progresso* (DARDOT; LAVAL, 2016; SAFATLE, 2020).

Recordando o filósofo italiano Antonio Gramsci, Harvey (1993) destaca que o americanismo e o fordismo exemplificam a ideia de criação de um “novo homem”, adaptável a tal ponto de serem “inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida” (HARVEY, 1993, p. 121). Gramsci (2004) compreendia que a expansão deste modelo para o mundo afetaria dramaticamente a organização da vida em sociedade — sexualidade, família, moral, consumo, organização política, entre tantas outras expressões do mundo da vida, teriam que ser modificadas para forjar trabalhadores adequados ao novo processo produtivo (GRAMSCI, 2004; HARVEY, 1993, p. 122).

No entanto, este propósito enfrentou barreiras que se evidenciam nas contradições históricas do sistema, agravados por suas constantes crises. Em meio às crises econômicas, guerras e

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



epidemias, tornou-se cada vez mais necessária a regulação do sistema capitalista pelo Estado, com destaque para o modelo keynesiano. O keynesianismo — plano econômico do *Welfare State* em grande parte da Europa Ocidental no pós-segunda guerra mundial — possibilitou certa estabilidade do sistema capitalista entre as décadas de 1950 e 1970. A escola keynesiana entende que o ciclo econômico não é autorregulado, como defendem os neoclássicos, mantendo uma forte relação com as ideias fordistas e tayloristas de intervenção do Estado (TENÓRIO, 2011, p. 1157). Com o tempo, o fordismo qualificou seus processos, tornando-se um “regime de acumulação plenamente acabado e distintivo” (HARVEY, 1993, p. 125).

Entretanto, a crise de 1973, causada pelo embargo petrolífero de países Árabes, em decorrência de conflitos sociopolíticos da Guerra do Yom Kipur, promoveu a deslegitimação do modelo desenvolvimentista e interrompeu o ciclo de crescimento capitalista. Foi neste período que as contradições do modelo de acumulação pós-guerra criaram as condições para a quebra de paradigma, impulsionada pela incapacidade do modelo de produção fordista e das políticas keynesianas em garantir as taxas de lucro do Capital. Inicia-se, no contexto social da década de 1970, a “crise de motivação” do liberalismo econômico (FRASER, 2018).

Segundo a filósofa norte-americana Nancy Fraser (2018), a crise de motivação das políticas de bem-estar social e a legitimação do capitalismo desenvolvimentista abriram espaço para uma radicalização dos preceitos econômicos do liberalismo, com o advento da globalização e da financeirização da economia mundial. Cabe destacar a distinção que a autora faz de “capitalismo financeirizado” — que caracteriza a atual fase da ordem social capitalista; e o “neoliberalismo”, termo utilizado para designar “um complexo ideológico que retrata o regime capitalista financeirizado como natural, justo, eficiente e gerador de prosperidade, destinado a assegurar a maior felicidade do maior número” (FRASER, 2018, p. 172).

Se no período anterior a ação do Estado promoveu as melhores taxas de lucro e produtividade do trabalho através de benefícios para as classes trabalhadoras; a crise de motivação e legitimação destes modelos incentivou sua inteira negação, projetando no Mercado — e não mais no Estado — as competências para promoção do bem-estar social. Soma-se a isto o processo de “transnacionalização da produção”, que envolveu (e envolve) numerosos prejuízos à governança dos territórios, através da competição entre regiões para atrair empresas transnacionais. Contudo, como nos lembra Fraser, “o saldo final é uma crescente incapacidade dos poderes públicos de colocar rédeas nos poderes privados” (FRASER, 2018, p. 173). Este fenômeno ultrapassou o âmbito da produção e passou a intervir tanto nas instituições do Estado, quanto nas esferas da vida privada e relações sociais dos sujeitos.

De modo mais geral, o capitalismo financeirizado é a era da “governança sem governo” – isto é, da dominação sem a folha de figo do consentimento. Nesse regime, são as estruturas de governança transnacional, tais como a Organização Mundial do Comércio, e não os Estados, que criam uma parcela cada vez maior das regras coercitivamente executáveis que agora regem extensas faixas de interação social em todo o mundo. (FRASER, 2018, p. 176).

Esta é uma das principais mudanças de paradigma do capitalismo contemporâneo em relação àquele praticado até a primeira metade do século XX. A presença e influência de organismos transnacionais na gestão dos Estados nacionais criaram crises de governança cada vez mais profundas, ao tempo em que enfraqueceram a capacidade de ação das classes trabalhadoras.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Ademais, o movimento de financeirização fez com que os Estados periféricos assumissem acordos com organismos transnacionais para obtenção de crédito, visando o desenvolvimento econômico de seus territórios, porém perdendo autonomia dos próprios processos de desenvolvimento. Em poucas palavras, o capitalismo financeirizado está “cravando as políticas macroeconômicas neoliberais no coração da economia global de modo a evitar que elas venham a ser revertidas pela ação política futura” (FRASER, 2018, p. 176).

É neste contexto que se encontram a maioria dos países ocidentais, incluindo o Brasil: endividamento, falta de recursos para investimento e conflitos internos de governança, que barram os avanços de políticas trabalhistas e sociais. Os novos paradigmas do capitalismo financeirizado se traduzem em uma nova racionalidade hegemônica, tencionada pelas contradições dos modelos de acumulação anteriores, porém condicionada às determinações próprias de nosso tempo.

Os defensores do neoliberalismo viram, no contexto de crises da década de 1970, oportunidades para transformar suas teorias econômicas em modelos de gestão dos Estados, ao tempo em que atacavam os Sindicatos e organizações trabalhistas como responsáveis pela crise, alegando o acúmulo de direitos sociais conquistados pelo *Welfare State* nas décadas anteriores. Resgatando as análises do historiador Perry Anderson, em “Balanço do Neoliberalismo”, de 1995, nota-se que os neoliberais da década de 1970 propunham um remédio derradeiro para a saída da crise: “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p. 11). Em analogia, a “Mão-invisível do Mercado” só agiria se o “Braço-forte” do Estado garantisse a lucratividade das empresas em prejuízo aos direitos sociais conquistados em décadas de lutas dos trabalhadores.

Anderson (1995) explica que, inicialmente, os neoliberais confrontaram a social-democracia como sua principal inimiga, assumindo uma postura anti-keynesiana radical em países centrais do capitalismo, sobretudo na Europa. Não demorou, contudo, para que esta ideologia introjetasse no leste europeu os mesmos receituários econômicos e políticos e, com isso, conquistasse a hegemonia mundial, tanto em países capitalistas centrais como aqueles marcados pela experiência socialista. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, muitos governos ascenderam ao poder através do discurso neoliberal, enfatizando a incapacidade do Estado em promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de longo prazo; enquanto condicionaram os Estados-nacionais ao cerceamento de sua ação política, mediante exigências de reformas e ajustes fiscais, de instituições e empresas transnacionais (ANDERSON, 1995).

Porém, as reformas propostas pelo neoliberalismo não se deram sem conflito ou resistência por parte das organizações trabalhistas, sendo necessário um novo arranjo político capaz de implementar o receituário neoliberal efetivamente. É neste sentido que Anderson refere-se à experiência chilena como o “verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea” (ANDERSON, 1995, p. 19), considerando o papel que a ditadura de Augusto Pinochet (1973 – 1990) desempenhou para que o neoliberalismo fosse implementado no Chile. O crescimento econômico do Chile nos primeiros anos da ditadura pinochetista influenciou a expansão do neoliberalismo em muitos países latino-americanos, a exemplo da Bolívia em 1985, México em 1988, Argentina em 1989, Peru e Brasil em 1990 (ANDERSON, 1995). A dissonância desta tendência neoliberal no continente se deu, sobretudo, na Venezuela — único país da América

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



do Sul a não vivenciar um regime ditatorial no século XX. Segundo o historiador, as experiências latino-americanas serviram, especialmente, como modelo para expansão do neoliberalismo em países orientais, que mantinham certa resistência ao receituário econômico e que, ao longo da década de 1980 e 1990, sustentaram as maiores taxas de crescimento econômico do mundo (ANDERSON, 1995).

Assim, apesar da primeira experiência neoliberal ter ocorrido mediante uma ditadura militar, os regimes que se sucederam na região foram legitimados por outras vias. No caso brasileiro, a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1990, exemplifica um processo de institucionalização do neoliberalismo pela via democrática e representativa. Collor de Melo defendeu, durante a primeira campanha presidencial do país após 21 anos de ditadura militar, uma política econômica de redução dos gastos públicos e privatização de estatais. Seu principal opositor nas eleições, o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, defendia uma política econômica contrária, baseada na ampliação dos direitos trabalhistas e na solidificação da democracia. Entretanto, naquele momento (marcado pela hiperinflação e por quase uma década de recessão econômica), venceu o candidato notadamente neoliberal.

Segundo o sociólogo brasileiro Emir Sader (1995), o neoliberalismo na América Latina está marcado pelo esgotamento do Estado de bem-estar social (em países onde ele ocorreu) e, sobretudo, pela diminuição do setor produtivo industrial e aumento das importações de bens, a partir da globalização dos mercados. Os processos hiperinflacionários causados pela “crise da dívida” e pela financeirização da economia global na década de 1980, são reflexos dos modelos de desenvolvimento que priorizaram a exportação de *commodities*, e promoveram um processo de desindustrialização dos países periféricos do capitalismo. Para Sader, o neoliberalismo no continente “é filho da crise fiscal do Estado” (1995, p. 35) que se expressa na constante concentração de riquezas e no sucateamento da capacidade produtiva dos países latino-americanos, assim como na força política de modelos alternativos de desenvolvimento.

O neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, em construir formas hegemônicas alternativas para sua superação. Que articulem a crise fiscal do Estado com um projeto de socialização do poder, que desarticule ao mesmo tempo as bases de legitimação do neoliberalismo, entre as quais se situa, prioritariamente, a passividade, a despolitização, a desagregação social. (SADER, 1995, p. 37, grifo nosso).

Ao observar o contexto político brasileiro desde sua redemocratização, em 1985, ou após a promulgação da Constituição Federativa, em 1988, nota-se que as políticas neoliberais vêm conquistando cada vez mais espaço dentro da burocracia do Estado, remodelando as prioridades dos governos e introduzindo um regime de austeridade fiscal, sobretudo em relação às políticas sociais. Ao longo da década de 1990 e 2000, a racionalidade neoliberal extrapolou o conflito “Mercado *versus* Estado” e assumiu protagonismo nas agendas de políticas públicas, na produção acadêmica e cultural e, em alguma medida, na própria organização da ação coletiva das classes trabalhadoras e partidos contrários ao receituário neoliberal. Trata-se de um processo contraditório, que esconde as condições necessárias ao desenvolvimento nos moldes neoliberais, à custa do bem-estar da maioria da população.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



OS SOFRIMENTOS SOCIAIS NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

Os sofrimentos sociais podem ser interpretados como expressões do mal-estar gerado pelo modo de produção e organização da vida em sociedade, as quais influem sobre as condições de felicidade e infelicidade, podendo alcançar, ainda, sentidos relacionados à saúde mental dos indivíduos (DARDOT; LAVAL, 2016; DUNKER, 2015). Atualmente, com o advento da técnica e avanços científicos da neurociência e psicologia social, a categorização dos sofrimentos sociais conquistou notório interesse acadêmico. Centenas de pesquisas e artigos científicos foram publicados visando catalogar traços comportamentais que possam auxiliar na identificação destes sofrimentos, ao ponto de conceber certos momentos episódicos de infelicidade (o luto, por exemplo) como “sintomas”, dentro da lógica epidemiológica. Mesmo em culturas que reconheçam a influência da comunidade, do meio-ambiente ou do contexto social na produção de sofrimentos, cada vez mais a racionalidade neoliberal incentiva uma concepção individualizada do sofrer. Porém, da crítica à racionalidade diagnóstica do sofrimento, surgem argumentos para resgatar a noção de “patologias do social”, em uma perspectiva histórica, considerando os sofrimentos sociais como expressões reais das contradições do modo de produção em cada época (SAFATLE, 2020).

Neste sentido, considera-se que os indicadores sociais e de saúde mental, em um determinado território e sob critérios de análise, são capazes de traduzir um estágio de mal-estar social em índices de sofrimento social. Contudo, as novas tecnologias psiquiátricas e neurológicas, capazes de identificar “distúrbios” causadores de sofrimento, vêm refundando as matrizes de análise do campo da saúde mental e aceitando que sofrimentos sociais sejam interpretados a partir de diagnósticos individuais. Em síntese, a individualização das causas de sofrimento esconde as razões materiais de sua ocorrência — tendência cada vez mais associada à racionalidade neoliberal (DUNKER, 2020; KEHL, 2009).

A psicanalista brasileira, Maria Rita Kehl (2009), ao analisar as mudanças conceituais do campo da saúde mental, identifica um aumento expressivo de diagnósticos de depressão no Brasil e em outros países, sobretudo a partir da década de 1990. Uma das razões está no investimento da indústria farmacêutica em pesquisas para produção de novos psicofármacos, a exemplo do Prozac®, que em 1986 era chamado de “pílulas da felicidade”. Na atualidade, a produção destes medicamentos encontra-se com milhares de indivíduos dispostos a comprá-los, graças à lógica neoliberal de competição, aumento da produtividade e supressão dos momentos de sofrimento.

Analisar o aumento significativo das depressões como sintoma do mal-estar social no século XXI significa dizer que **o sofrimento dos depressivos funciona como sinal de alarme contra aquilo que faz água na grande nau da sociedade maníaca em que vivemos**. Que muitas vezes as simples manifestações de tristeza sejam entendidas (e medidas) como depressões graves só faz confirmar essa ideia. A tristeza, os desânimos, as simples manifestações da dor de viver parecem intoleráveis em uma sociedade que aposta na euforia como valor agregado a todos os pequenos bens em oferta no mercado. (KEHL, 2009, p. 31, grifo nosso).

A crítica da autora sobre o sofrimento dos depressivos e a atual fase do capitalismo, pressupõe que o modelo de desenvolvimento neoliberal é o causador deste processo de mal-estar na sociedade. Entre outros fatores, a racionalidade neoliberal transfere para os indivíduos as causas de seu sofrimento, eximindo tanto o Estado, quanto os mercados, do encargo de responder ao

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



mal-estar social. No neoliberalismo, cada sujeito é responsável por sua adaptação às expectativas gerais da racionalidade, quase sempre associadas à ascensão econômica ou ao *status* social. O discurso neoliberal atribui ao mercado a aptidão de retribuir hierarquicamente os mais “dedicados”, “comprometidos” e “virtuosos”. Entretanto, na medida em que os indicadores de saúde mental evidenciam a correlação entre sofrimento psíquico e as condições materiais dos indivíduos, criam-se mecanismos para amenizar (ou ocultar) as razões destes problemas sociais (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2020).

Segundo Dunker (2020), o neoliberalismo é mais do que uma teoria econômica, uma forma organizativa do sistema financeiro globalizado ou uma estrutura simbólica de valoração do consumo e da competitividade. Em suas palavras, o neoliberalismo representa:

[...] uma nova moralidade que prescreve como devemos sofrer sobre o neoliberalismo, tendo na sua cúspide preferencial a síndrome depressiva. Agora o sofrimento não é mais um obstáculo para o desenvolvimento da indústria, mas pode ser metodicamente produzido e administrado para aumentar o desempenho e é isso que caracteriza o neoliberalismo no contexto das políticas de sofrimento: individualização, intensificação e instrumentalização. (DUNKER, 2020, p. 182).

Esta nova moralidade, que difere da racionalidade clássica do capitalismo moderno e que é característica do neoliberalismo, permite que os sofrimentos sociais sejam utilizados para justificação de medidas econômicas de austeridade, distorcendo a realidade para defesa de um argumento inverídico e contraditório. Se em períodos anteriores a depressão sinalizava para a perda de produtividade do trabalho, ou de forma ampliada, como um problema social ligado ao mal-estar na sociedade; hoje a depressão é vista como “oportunidade” para um vasto universo de produtos ligados à “indústria do bem-estar” (KEHL, 2009; DUNKER, 2020).

A influência da racionalidade neoliberal nas instituições de saúde mental, pode ser problematizada pela contínua transferência das razões do sofrimento humano, para uma lógica dos distúrbios orgânicos do cérebro. Isto cria uma razão instrumental dos sofrimentos ao ponto de não se atribuir mais às causalidades do mundo da vida, tornando as ações e políticas de saúde mental em meras promotoras de psicofármacos. Além disso, o neoliberalismo cria condições para que a presença do Estado na oferta de políticas de bem-estar social seja reduzida, transferindo para o mercado a tarefa de produzir respostas ao aumento dos sofrimentos sociais (KEHL, 2009; NEVES et al., 2020). Neste contexto, a medicalização do sofrimento assume protagonismo no campo científico, e mais diretamente na saúde mental a partir da década de 1980, com a criação da “clínica dos transtornos”. Esta razão instrumental abriu espaço para que novos medicamentos fossem produzidos e comercializados, projetando uma nova demanda na sociedade: a busca pelo “aprimoramento de si” (NEVES et al., 2020, p. 125).

Os investimentos da indústria farmacêutica em pesquisas psiquiátricas e no campo da saúde mental em geral, vêm produzindo um novo paradigma científico, no qual espera-se mais do que a cura dos sofrimentos — buscam-se formas de ajustar os comportamentos e emoções ao “ritmo exigido do sujeito neoliberal” (NEVES et al., 2020, p. 141). Atualmente, a oferta de medicamentos estimulantes e a procura espontânea destes produtos demonstram a capacidade de propaganda do mercado neste campo. O papel da psiquiatria e da farmacologia na construção de uma “indústria do bem-estar” é uma discussão contemporânea no campo das ciências da



saúde e ciências sociais, especialmente na relação entre as instituições de pesquisa e a produção de respostas sintéticas aos sofrimentos sociais.

Safatle (2020) explica que as patologias ligadas ao sofrimento psíquico, ou melhor, as classificações dadas às manifestações deste sofrimento (doença, distúrbio, sintoma, transtorno, etc.), são interpretações inscritas no tempo e no espaço, como formas de sofrimento socialmente excessivas ou em desacordo com as normas da racionalidade (SAFATLE, 2020, p. 9). A inscrição dos sofrimentos psíquicos (referente ao indivíduo) na categoria de “patologia” decorre de um novo tipo de relação com o social, que transfere para os sujeitos que sofrem as condições e causas de seu sofrimento; ao tempo em que minimizam seu caráter social. Considerando a os quadros de depressão ou a síndrome de Burnout como “patologias do social”, concorda-se que “[...] as patologias são setores fundamentais de processos de socialização [...] ao fazer com que [os sujeitos] internalizem modos de inscrever seus sofrimentos, seus “desvios” e descontentamentos em quadros clínicos socialmente reconhecidos (SAFATLE, 2020, p. 9).

Neste sentido, entende-se que os sofrimentos sociais se configuram como patologia na medida em que sua ocorrência se torna expressiva, ao ponto de contradizer os argumentos da própria racionalidade hegemônica em relação aos sofrimentos sociais.

Entretanto, reconhece-se que, em determinadas situações, o uso de psicofármacos auxilia em situações de intenso sofrimento psíquico, fornecendo tempo para intervenções e tratamentos preventivos. Em outros casos, o uso de estimulantes químicos pode fornecer sensações de bem-estar que auxiliam na superação de experiências traumáticas, no tratamento de dores crônicas, na recuperação emocional e, até mesmo, na mitigação de comportamentos autodestrutivos (BOTEGA, 2014). Os argumentos trazidos até aqui recaem, sobretudo, sobre a intencionalidade de se produzir um “modelo ideal de sujeito” (DUNKER, 2020, p. 317), com apoio e incentivo de setores da indústria farmacêutica mundial. Pois, como se evidencia na atualidade, os psicofármacos tornaram-se a maior fonte de renda da indústria farmacêutica no século XXI, movimentando bilhões de dólares todos os anos e atendendo aos mais variados “sintomas” (DUNKER, 2021)¹.

Finalmente, destacam-se as aproximações possíveis entre o debate sobre racionalidade neoliberal e o sofrimento social dentro do campo do Desenvolvimento Regional. Como apresentado, as determinações dos modelos de desenvolvimento influenciam não apenas na produção de sofrimentos, mas, em especial, no reconhecimento do sofrimento individual como “patologia”, na medida em que sua ocorrência acusa as contradições nos processos de desenvolvimento. Mais do que isso, considera-se necessário produzir uma crítica à racionalidade neoliberal como modelo de desenvolvimento capitalismo, acusando sua contradição em relação aos preceitos de bem-estar social. Afinal, o sofrimento sob o neoliberalismo possui particularidades em relação às fases anteriores do capitalismo, sendo necessário compreender o seu desenvolvimento para propor novas formas de agir.

¹ “Em 2011 as drogas psiquiátricas tornaram-se a maior fonte de renda das indústrias farmacêuticas, arrecadando 18 bilhões de dólares em antipsicóticos, 11 bilhões em antidepressivos e quase 8 bilhões em remédios para TDAH” (MARTINHAGO; CAPONI, 2019, p. 15 *apud* DUNKER, 2021, p. 185).



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



APOIO:



CONCLUSÃO

Este trabalho dedicou-se a refletir sobre o modelo neoliberal de desenvolvimento para além do campo econômico e da produção. Destacou-se que o neoliberalismo possui formas de governança peculiares em relação às fases anteriores do capitalismo, especialmente na relação contraditória entre desenvolvimento e bem-estar social. Como apresentado, o neoliberalismo prevê a criação de um novo sujeito, alinhado às configurações do capitalismo financeirizado e adaptado à racionalidade hegemônica, inclusive na relação com os sofrimentos sociais. Porém, o aumento substancial das “patologias do social” no século XXI tende a enfraquecer a legitimidade do sistema econômico, criando possibilidades de crítica à razão e a intencionalidade dos modelos de desenvolvimento baseados em preceitos neoliberais.

Por fim, reconhece-se as lacunas deste trabalho para debater a temática do mal-estar social no neoliberalismo, compreendendo a amplitude e complexidade de suas determinações. Considera-se que as reflexões a respeito da temática vêm avançando no campo das ciências sociais aplicadas, com destaque para o Brasil, que vivencia um ciclo de deslegitimação do receituário neoliberal para o território. Neste sentido, considera-se o campo do Desenvolvimento Regional especialmente relevante para ampliação destas reflexões, sobretudo pelas competências interdisciplinares promovidas por esta área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. São Paulo: **Psicol. USP**; v. 25, n. 3, p. 231-236, dez., 2014.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- DUNKER, Christian. **Crítica da razão diagnóstica: por uma psicopatologia não-toda**. In: Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior, Christian Dunker (Orgs.). Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- DUNKER, Christian. **A hipótese depressiva**. In: Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior, Christian Dunker (Orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos de Filosofia alemã**, v. 23, n. 2, p. 153-188, jul - dez, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 1. 2004.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



HARVEY, David. **A brief history of neoliberalismo**. Inglaterra: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1977.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEVES, Cristina C. S.; PEREIRA, Ana Paula C.; PEREIRA, Carlos A. S. Strategies of suicide prevention within the school for teenagers: a literature review on the base medline. **Research, Society and Development**; v. 9, n. 7, p. e300973945, 2020.

SADER, Emir. **A hegemonia neoliberal na América Latina**. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.

SAFATLE, Vladimir. **Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social**. In: Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior, Christian Dunker (Orgs.). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. **Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Rio de Janeiro: **GEOgraphia**; v. 1, n.1,1999.

TENÓRIO, Fernando. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. **Revista de Administração Pública**; v. 45, n. 4; pp. 1141-1172, 2011.

THERBORN. Göran. **A crise e o futuro do capitalismo**. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.